

## **DO TEXTO À FILOLOGIA: EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DE UMA AÇÃO DE DESQUITE (1919-1922)**

Ms. Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto (UEFS/ FTC)  
nilce11.barreto@gmail.com

Profa. Dra. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (Orientadora/ UEFS)  
rcrqueiroz@uol.com.br

### **1 PRIMEIRAS PALAVRAS**

A Filologia Textual é a ciência que trata da edição e da conservação das informações constantes nos textos escritos. Sabe-se que através dos trabalhos divulgados e publicados nos últimos anos, muito já se tem feito a fim de preservar os documentos escritos das ações do tempo, visto que muitos grupos de pesquisa têm trabalhado com a edição textual de vários documentos escritos em épocas e locais diferentes. Dentre esses grupos, podemos citar, a título de exemplo, o Núcleo de Estudos do Manuscrito, doravante NEMa, situado na Universidade Estadual de Feira de Santana-BA e coordenado pela Profa. Dra. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz. As pesquisas desenvolvidas nesse núcleo englobam desde a atividade de edição, propriamente dita, até a publicação daquelas em eventos e periódicos acadêmicos.

Os trabalhos já concluídos pelos pesquisadores (professores, estudantes de iniciação científica, de especialização e mestrado) do NEMa abrangem, na maioria das vezes, a edição e o estudo linguístico de documentos de épocas pretéritas. Neste contexto, se insere o trabalho que ora se apresenta neste artigo, cujo objetivo principal é apresentar parte da edição semidiplomática – transcrição fiel do texto, com a ressalva de conter o desdobramento das abreviaturas; e a união das palavras separadas e separação das palavras unidas - de uma ação de desquite no início do século XX. Apresentaremos nas próximas linhas, de modo geral, a descrição extrínseca e intrínseca do documento em questão, bem como a edição justalinear – de um lado, a edição fac-similar, e do outro, a semidiplomática - de alguns fólios da ação de desquite.

### **2 O OFÍCIO DO FILÓLOGO: A EDIÇÃO DE DOCUMENTOS**

É árduo o trabalho do filólogo, por se tratar de uma tarefa em que sejam necessários conhecimentos de áreas diversas quando se tem um texto em mãos “aguardando” edição. Editar filologicamente já foi uma atividade feita sem muito rigor científico, entretanto desde que a Filologia adquiriu o *status* de ciência, no século XIX, isso mudou, pois atualmente as edições, consideradas fidedignas e aceitas para pesquisas científicas, só são creditadas se possuírem critérios bem elaborados e apresentados claramente.

Ao se falar em Filologia - ciência muito antiga, mas pouco conhecida pelo público em geral – tem-se em mente a assertiva de que o labor filológico abrange muito mais do que, simplesmente, transcrever quaisquer textos. A referida ciência abarca desde conhecimentos paleográficos à linguísticos, codicológicos, históricos, culturais, etc. Assim, dentre esses saberes, quando tratamos especificamente daqueles concernentes ao labor filológico, deparamo-nos com os tipos de edição apontados por Cambraia (2005), a saber: a fac-similar, a diplomática, a paleográfica e a interpretativa.

A edição fac-similar possui o “[...] grau zero de mediação [...]” (CAMBRAIA, 2005, p. 91), ou seja, não há nenhum tipo de intervenção do editor, pois este tipo de edição é feita com o auxílio tecnológico, realizada através da reprodução de fotografias digitais e da

microfilmagem. Assim, este modelo de edição “[...] tem como vantagem permitir o acesso ao texto de forma praticamente direta, o que confere ao consulente grande autonomia e liberdade na interpretação do testemunho [...]” (CAMBRAIA, 2005, p. 91), logo, esta edição é preparada para um público especialista, visto que este tipo de edição exige do leitor a habilidade de ler o texto na sua escrita original.

Já a edição diplomática se caracteriza por ser um tipo de edição em que o texto é transcrito *ipsis litteris* ao original, ou melhor, não há nenhum tipo de intervenção de qualquer natureza que seja, logo, este tipo de edição possui “[...] um grau baixo de mediação [...]” (CAMBRAIA, 2005, p. 93), visto que todos os caracteres presentes no documento são transcritos rigorosamente, o que quer dizer que a edição diplomática também é destinada a um leitor especialista, que deverá fazer a leitura do texto tendo conhecimento das abreviaturas, da paragrafação, dos sinais de pontuação e da existência de palavras unidas e/ ou separadas. Assim, a única coisa que ele não precisará fazer é “[...] decifrar as formas gráficas da escrita original do modelo [...]” (CAMBRAIA, 2005, p. 94), pois o leitor não terá acesso direto ao texto original, mas deverá dominar a habilidade de ler textos.

A edição paleográfica<sup>1</sup>, por sua vez, caracteriza-se como um tipo de edição em que o editor intervém de maneira mediana sobre o texto. Assim, a intervenção realizada pelo editor tem a finalidade de facilitar a leitura do documento, realizando-se o desdobramento de abreviaturas, inserindo ou suprimindo elementos por conjectura, etc, de forma que o público não sinta muitas dificuldades na decodificação do texto. Assim, neste tipo de edição, os objetivos principais, de acordo com Cambraia (2005), são: facilitar a leitura do texto para um público menos especializado e tentar corrigir falhas ocorridas no processo de cópia do texto.

A edição interpretativa, por outro lado, é aquela em que a intervenção do editor é máxima, ou seja, “[...] o texto passa por um forte processo de uniformização gráfica e as conjecturas vão além das falhas óbvias, compreendendo intervenções que aproximem o texto do que teria sido sua forma genuína [...]” (CAMBRAIA, 2005, p. 97), o que facilita a sua leitura para um público amplo e torna o texto mais apurado, já que “[...] os elementos estranhos à sua presumível forma genuína vêm claramente assinalados [...]” (CAMBRAIA, 2005, p. 97).

Diante dos quatro tipos de edição apontados por Cambraia (2005) e pelo fato de que o editor tem o “poder” de decidir qual o tipo mais apropriado para o texto em que se está trabalhando, escolhemos, portanto, dois tipos de edição: a fac-similar e a paleográfica ou semidiplomática. A edição fac-similar, porque permite o registro fotográfico de todos os fólios e, conseqüentemente, todos os sinais gráficos do texto são reproduzidos mecanicamente, o que facilita, por parte do leitor, o processo de comparação entre o texto original e a edição semidiplomática.

A edição semidiplomática, por sua vez, apresenta um grau de intervenção mediana, pois as interferências sobre o texto são previamente estabelecidas e, neste trabalho, interferimos apenas no sentido de desdobrar as abreviaturas e separar as palavras unidas e unir as separadas. Através deste grau de mediação todo o conteúdo do documento é preservado, o que permite a realização de cinco objetivos específicos, a saber: o acesso rápido de pesquisadores de outras áreas do conhecimento, o resgate de parte da história feirense referente ao início do século XX, o conhecimento da existência desse documento sem a necessidade de manuseá-lo, a publicação desta edição não apenas para o público acadêmico como para o público em geral e o estudo linguístico do texto no tocante ao léxico (QUEIROZ, 2007).

---

<sup>1</sup> Cambraia (2005) diz que a edição paleográfica também pode ser chamada de semidiplomática, paradiplomática ou diplomático-interpretativa. Contudo, neste artigo, optamos por usar o termo semidiplomática, por este ser utilizado pelo Grupo de Edição de Textos da Universidade Estadual de Feira de Santana – BA (Cf. [www.uefs.br/get](http://www.uefs.br/get)).

## 2.1 A DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO

O processo judicial de desquite solicitado por Dona Albertina da Motta Barretto, autora, encontra-se sob a guarda do CEDOC, órgão pertencente à Universidade Estadual de Feira de Santana, sob a classificação: Estante 03, Caixa 65 e Documento 753.

O documento encontra-se em razoável estado de conservação, não possui capa nem contracapa, mas há uma ficha catalográfica anexada ao primeiro fólio, que foi colocada pelos estagiários do CEDOC como forma de identificação do referido documento. Há também algumas manchas e borrões causados pela tinta utilizada no texto, sendo que existe variação de, pelo menos, três tipos delas: uma mais forte, outra mais clara, ambas pretas, e tinta de cor azul nos fólios datilografados.

Notamos também, a presença de alguns selos estaduais, um carimbo de um dos escrivães, rubricas do escrivão e numeração (1 a 97) em todos os fólios rectos e um carimbo em alto relevo, nos fólios datilografados, com a inscrição “Dr. José Maria Neves”, que foi advogado do réu. Existe também um barbante na cor vermelha que, através de uma costura, prendia todos os fólios, mas, atualmente, a maioria dos fólios se encontra solta e poucos deles permaneceram presos a esse cordão.

Na descrição intrínseca, notamos a existência de muitas palavras abreviadas ao longo do texto; algumas expressões escritas em latim; alguns trechos do documento grifados pelos escrivães, os quais buscavam, através da sublinha, destacar fatos/acometimentos considerados importantes por eles; além do próprio do documento, que é um rico manancial de informações da época vigente.

**Figura 1 - UEFS**



**Fonte:** < <http://www.uefs.br> >.  
Acesso em: 18 abr. 2013.

**Figura 2 - CEDOC/UEFS**



**Fonte:** < <http://www.uefs.br/portal/departamentos/dchf/menus/cedoc-1> >. Acesso em: 18 abr. 2013.

**Figura 3 - Acervo do CEDOC/UEFS**



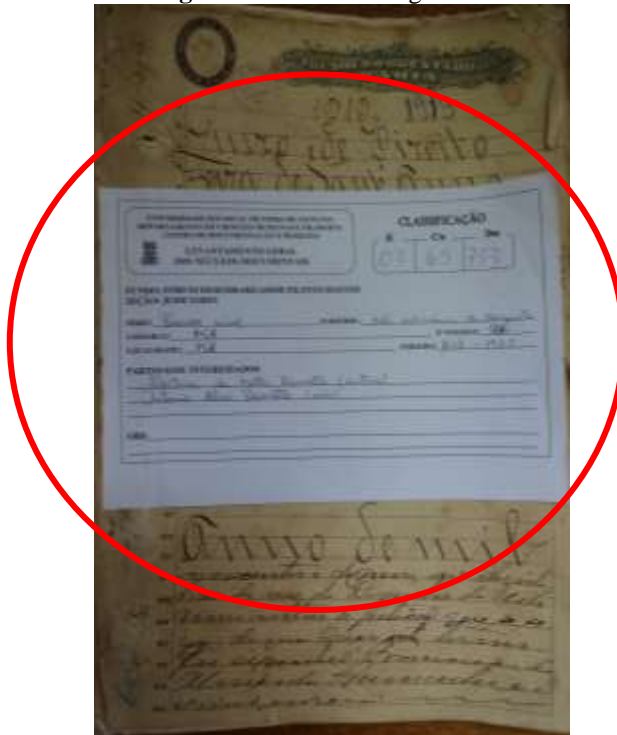
**Fonte:** < <http://www2.uefs.br/cedoc/Historico.html> >.  
Acesso em: 18 abr. 2013.

**Figura 4 - Processo de catalogação dos documentos**



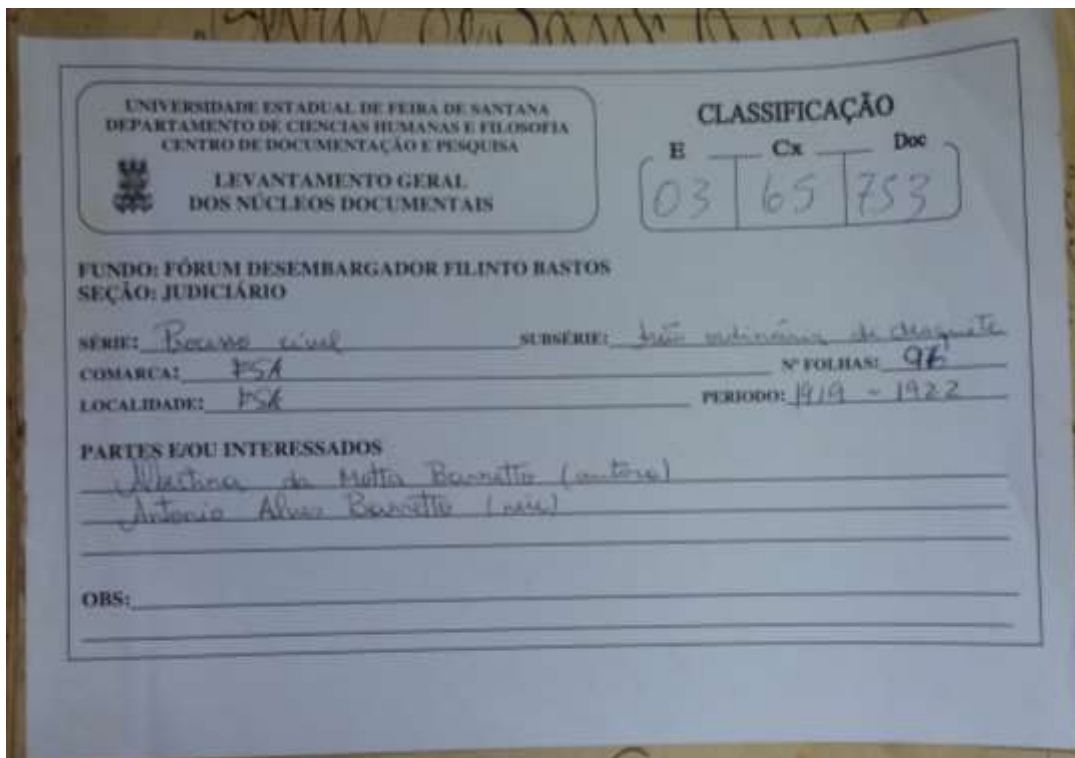
**Fonte:** < <http://www2.uefs.br/cedoc/Historico.html> >.  
Acesso em: 18 abr. 2013.

**Figura 5 – Ficha catalográfica**



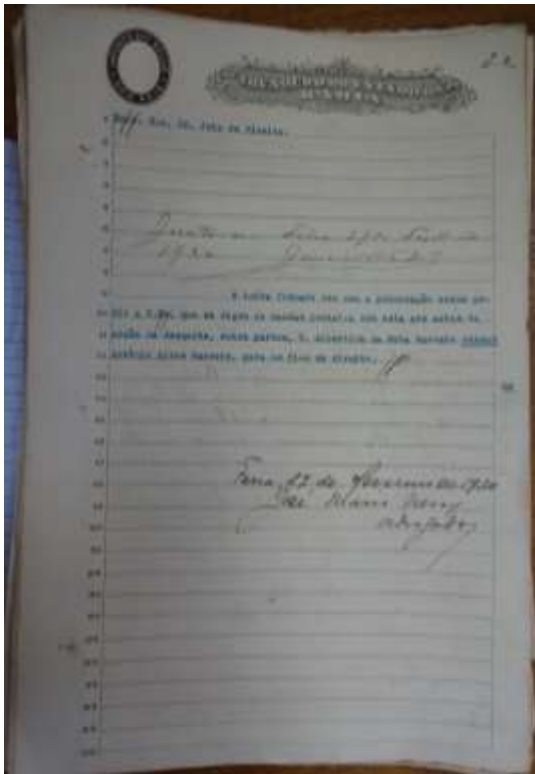
**Fonte:** Ação Ordinária de Desquite (1919 – 1922), Acervo do CEDOC/UEFS  
**Fotografia:** Josenilce Rodrigues de O. Barreto

**Figura 6 - Ficha catalográfica**



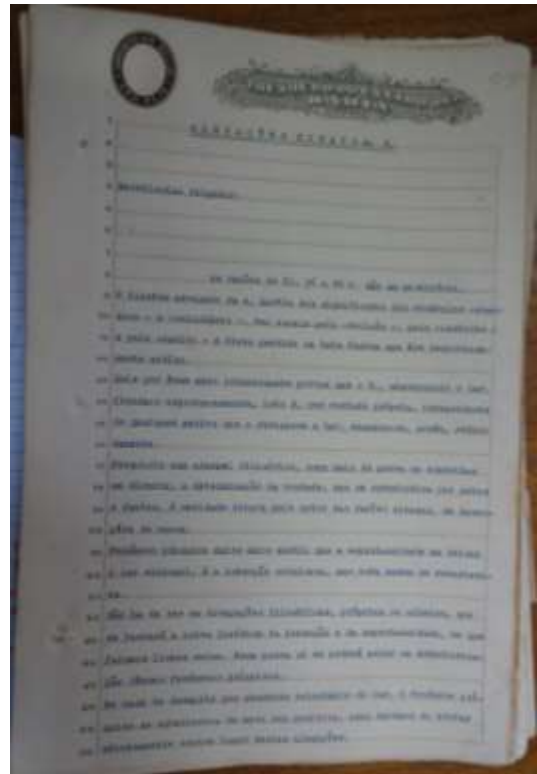
**Fonte:** Ação Ordinária de Desquite (1919 – 1922), Acervo do CEDOC/UEFS  
**Fotografia:** Josenilce Rodrigues de O. Barreto

**Figura 7 - Fólio 22r datiloscrito**



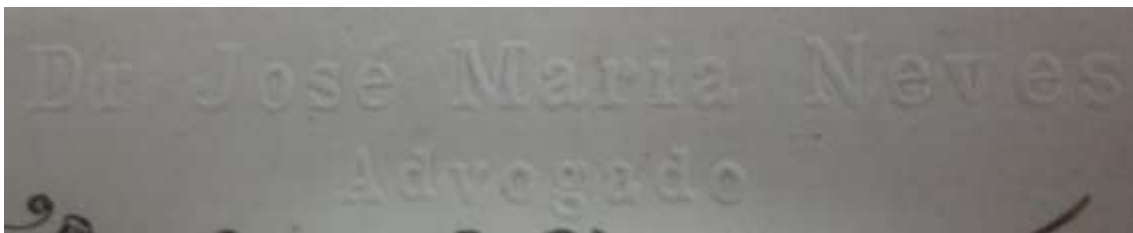
**Fonte:** Ação Ordinária de Desquite (1919 – 1922), Acervo do CEDOC/UEFS  
**Fotografia:** Josenilce Rodrigues de O. Barreto

**Figura 8 - Fólio 48r datiloscrito**



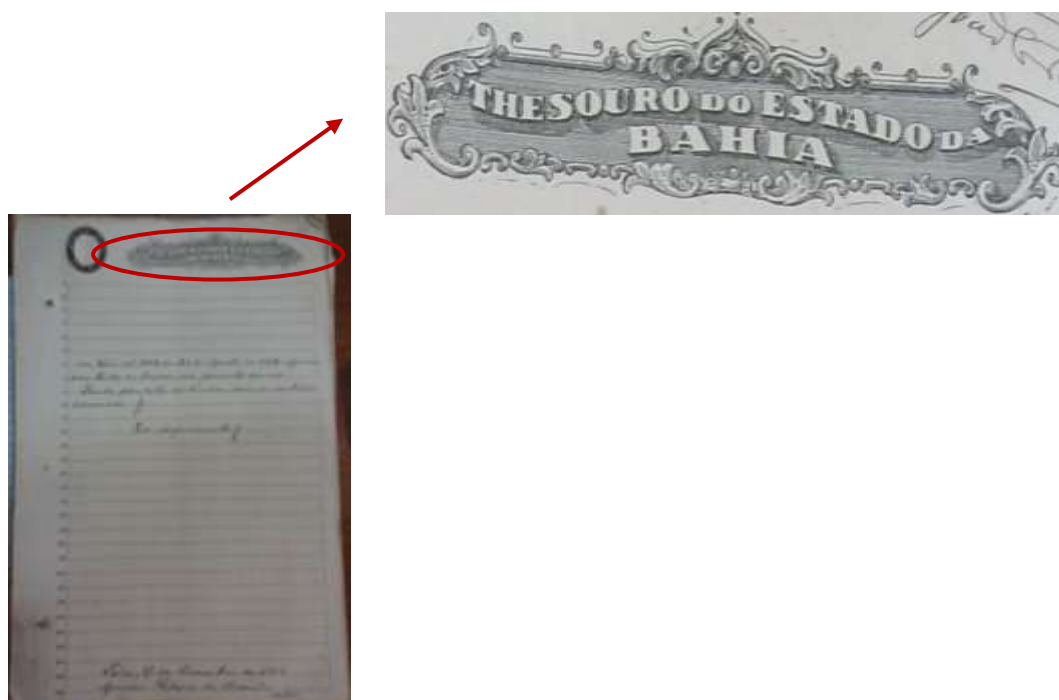
**Fonte:** Ação Ordinária de Desquite (1919 – 1922), Acervo do CEDOC/UEFS  
**Fotografia:** Josenilce Rodrigues de O. Barreto

**Figura 9 - Timbre em alto relevo do Doutor José Maria Neves**



**Fonte:** Fólio 50r da Ação Ordinária de Desquite, CEDOC/UEFS  
**Fotografia:** Josenilce Rodrigues de O. Barreto

**Figura 10** –Inscrição do timbre estadual: THESOURO DO ESTADO DA BAHIA



**Fonte:** Ação Ordinária de Desquite (1919 – 1922), Acervo do CEDOC/UEFS

**Fotografia:** Josenilce Rodrigues de O. Barreto

**Figura 11** – Inscrição do selo: IMPOSTO DO SELLO 300 REIS

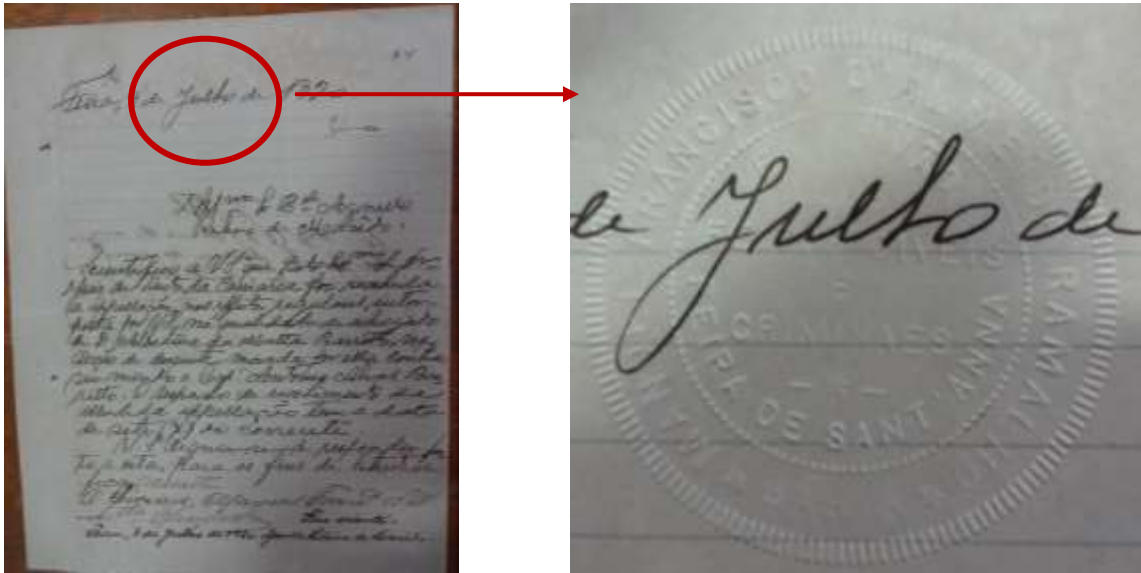


**Fonte:** Ação Ordinária de Desquite (1919 – 1922), Acervo do CEDOC/UEFS

**Fotografia:** Josenilce Rodrigues de O. Barreto

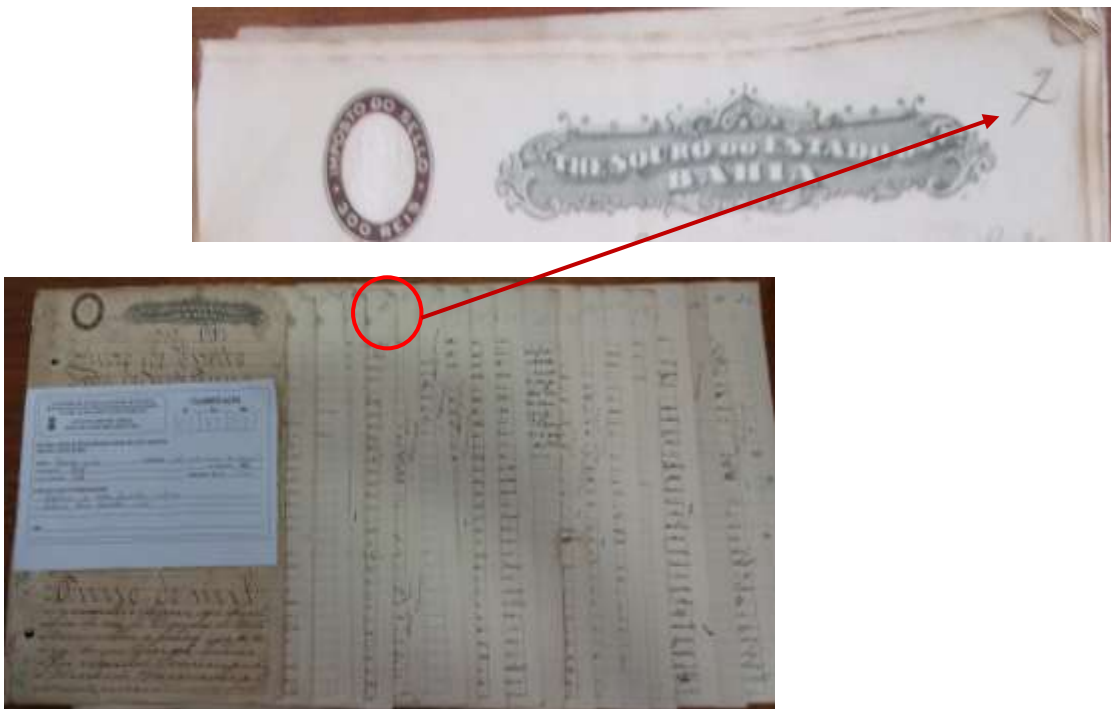


**Figura 12** – Inscrição do carimbo em alto relevo: MANUEL FRANCISCO D'ALMEIDA RAMALHO  
ESCRIVÃO DOS FEITOS CIVEIS  
E  
CRIMINAES  
FEIRA DE SANT'ANNA (fólio 84r)



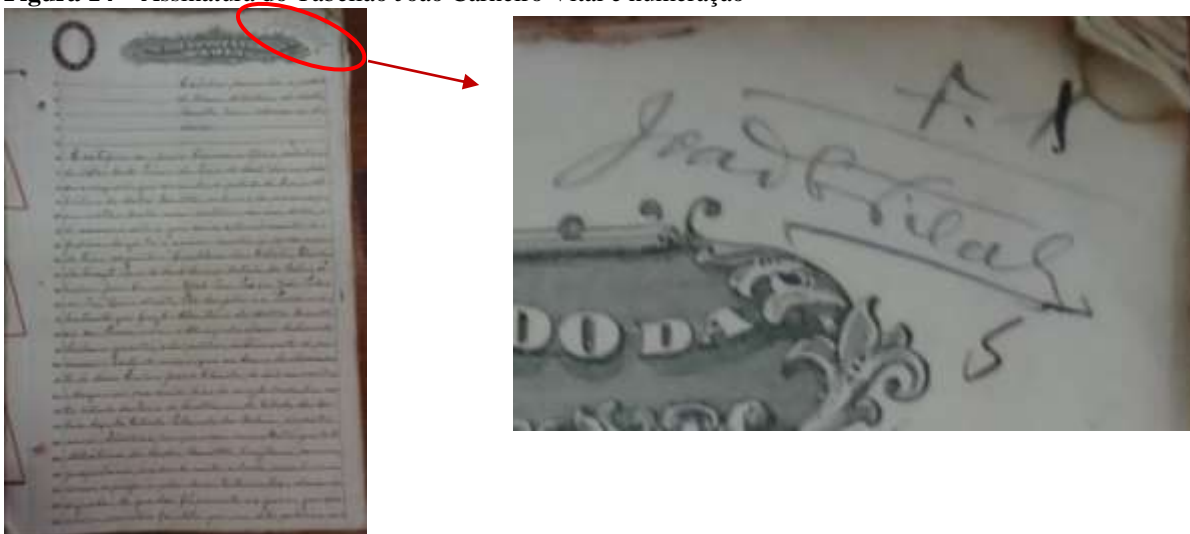
**Fonte:** Ação Ordinária de Desquite (1919 – 1922), Acervo do CEDOC/UEFS  
**Fotografia:** Josenilce Rodrigues de O. Barreto

**Figura 13** - Numeração



**Fonte:** Ação Ordinária de Desquite (1919 – 1922), Acervo do CEDOC/UEFS  
**Fotografia:** Josenilce Rodrigues de O. Barreto

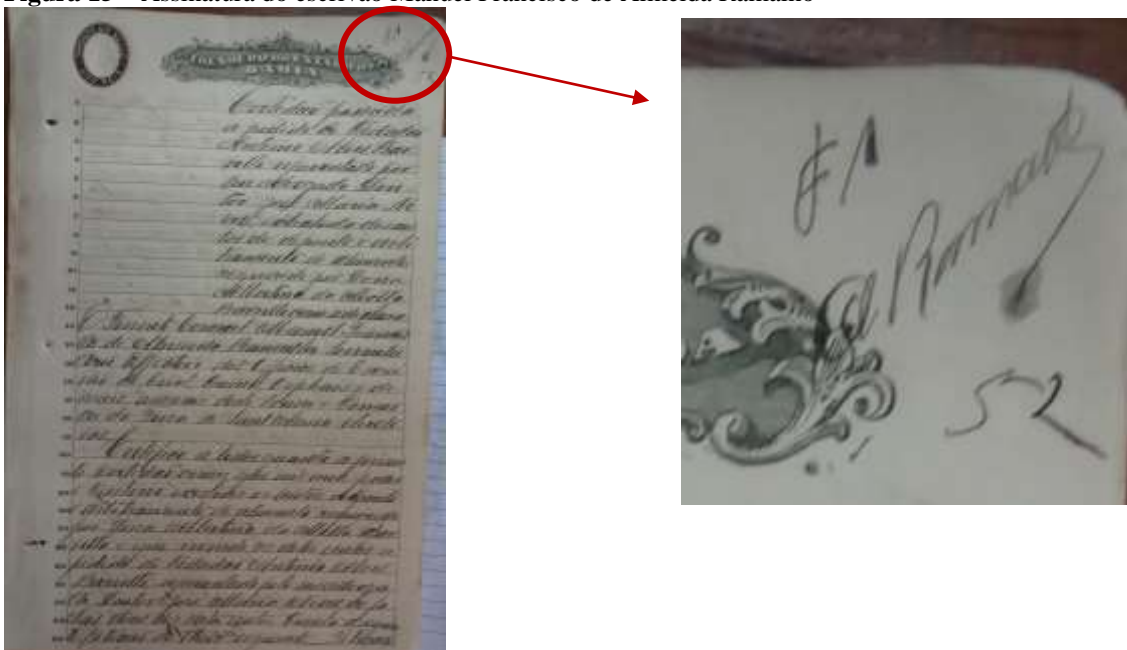
**Figura 14** – Assinatura do Tabelião João Carneiro Vital e numeração<sup>2</sup>



**Fonte:** Ação Ordinária de Desquite (1919 – 1922), Acervo do CEDOC/UEFS

**Fotografia:** Josenilce Rodrigues de O. Barreto

**Figura 15** – Assinatura do escrivão Manuel Francisco de Almeida Ramalho



**Fonte:** Ação Ordinária de Desquite (1919 – 1922), Acervo do CEDOC/UEFS

**Fotografia:** Josenilce Rodrigues de O. Barreto

<sup>2</sup> Na figura 14, há apenas a numeração (7) do fôlio, assinalada com o círculo, na margem superior direita. Já na figura de número 23, existe uma assinatura, também marcada com o círculo, do Tabelião de Notas da época vigente João Carneiro Vital e a numeração (5) do fôlio logo abaixo.



## 2.2 CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

Adotamos alguns critérios baseados em Queiroz (2007, p. 34), e em alguns casos, os adaptamos para a edição semidiplomática do documento selecionado.

Assim, para a descrição do documento, observamos:

- ✓ Número de colunas;
- ✓ Número de linhas da mancha escrita;
- ✓ Existência de ornamentos;
- ✓ Maiúsculas mais interessantes;
- ✓ Existências de sinais especiais;
- ✓ Número de abreviaturas;
- ✓ Tipo de escrita;
- ✓ Tipo de papel.

Já para a transcrição, optamos por:

- ✓ Respeitar fielmente o texto: grafia, linhas, fólhos, cor da tinta utilizada<sup>3</sup> etc.;
- ✓ Fazer remissão ao número do fólho no ângulo superior direito;
- ✓ Numerar o texto linha por linha, constando a numeração de cinco em cinco;
- ✓ Separar as palavras unidas e unir as separadas;
- ✓ Desdobrar as abreviaturas usando itálico;
- ✓ Nos casos dos textos manuscrito com impresso (f. 60r e 61r), adotamos como critério utilizar letras maiúsculas em negrito para representar os trechos impressos;
- ✓ Utilizar colchetes para as interpolações: [ ];
- ✓ Indicar as rasuras, acréscimos e supressões através dos seguintes operadores:

((†)) rasura ilegível;

[†] escrito não identificado;

(...) leitura impossível por dano do suporte;

// leitura conjecturada;

< > supressão;

( ) rasura ou mancha;

[ ] acréscimo;

\* \* intervenção de terceiros.

---

<sup>3</sup> Na edição semidiplomática, reproduzimos a cor da tinta da caneta, utilizada pelo escrivão, constante no documento.



1  
 2  
 3  
 4  
 5  
 6  
 7  
 8  
 9  
 10  
 11  
 12  
 13  
 14  
 15  
 16  
 17  
 18  
 19  
 20  
 21  
 22  
 23  
 24  
 25  
 26  
 27  
 28  
 29  
 30

f. 11r

vontade desde que o dito seu ma-  
 rido abandonára o lar conjugal.  
 Agora, por motivo do fallecimento  
 de sua pranteada mai Dona Ma-  
 ximiana de Almeida Motta -  
 5 encerrava-se o inventario dos bens  
 que ella deixára e, por não lhe  
 digo não ter a Supplicante d'an-  
 tes requerido o seu desquite o seu  
 10 dicto marido sem nenhuma neces-  
 sidade, se deu pressa em constitu-  
 ir o Doutor José Maria Neves seu  
 advogado — com um contracto de  
 honorarios de dez por cento 10% so-  
 15 bre o total da legitima da Suppli-  
 cante a ser recebida e da qual  
 hoje, já definitivamente tomara  
 posse. O pae da Supplicante que  
 não consenteria nunca que nin-  
 20 guem zelasse mais do que elle, co-  
 mo inventariante sem rezervas os  
 interesses e os direitos dos seus fi-  
 lhos, não permitiu afinal que  
 a Supplicante fosse prejudicada  
 25 com a existencia de tal contracto  
 e do que lhe vier a caber na su-  
 a meação, pagou por expontanea  
 vontade ao mesmo advogado que  
 30 elle os 5% cinco por cento que teriam

1  
 2  
 3  
 4  
 5  
 6  
 7  
 8  
 9  
 10  
 11  
 12  
 13  
 14  
 15  
 16  
 17  
 18  
 19  
 20  
 21  
 22  
 23  
 24  
 25  
 26  
 27  
 28  
 29  
 30

f. 11v

de sahir da meação ideal da allu-  
 dida legitima da Supplicante. E-  
 sse e outros factos firmaram no es-  
 pírito da Supplicante o ardente  
 5 desejo de desquitar-se, já, do seu ma-  
 rido, afim de confirmada por  
 direito a separação de corpos que  
 de facto — ja existe, ser tambem fei-  
 ta a partilha dos bens do casal, qua-  
 10 se na sua totalidade, provenien-  
 te da legitima materna da Suppli-  
 cante — ficando assim marido  
 e mulher habilitados a administrar  
 e dispor livremente das respectivas  
 15 partes que lhes vierem a caber na  
 dicta partilha. Achando-se a Su-  
 pplicante depositada nos termos  
 recommendados no artigo (223) du-  
 zentos e vinte e trez do Codice Civil -  
 20 como prova com a certidão do respe-  
 ctivo termo de deposito que a es-  
 ta vai junta — vem propor ao seu  
 marido a presente acção ordina-  
 ria de desquite fundada no mo-  
 25 tivo expresso no numero IV — (quarto)  
 do artigo (317) trezentos e desesete do Co-  
 digo Civil ja citado — abandono vo-  
 luntario do lar conjugal por mais  
 de dois annos continuos e assim  
 30 requer respeitosaente a Vossa Ex-

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O labor filológico é uma atividade que envolve dedicação e atenção para todos os detalhes, sejam históricos, lingüísticos ou paleográficos concernentes ao texto. Antes de fazer a edição de quaisquer documentos, o filólogo precisa observar, descrever e sistematizar todas as características intrínsecas e extrínsecas, a fim de deixar claro para o leitor qual o estado de conservação do documento antes de ser editado, isso inclui a existência de carimbos, selos, emblemas, assinaturas, tipos de letra, manchas, borrões, rasuras, perfurações, intervenção ou não de terceiros, etc. constantes no texto, descrição esta que garante mais credibilidade ao trabalho desenvolvido filologicamente.

Após as descrições extrínseca e intrínseca, o pesquisador seleciona os critérios pertinentes à edição semidiplomática e faz o registro dos fac-símiles, através de fotografias digitais, de todo o texto, o que garante a manutenção da originalidade de todo o documento. Ao se transcrever todo o texto, na edição semidiplomática, são mantidas todas as características linguísticas do texto, cujo resultado poderá ser aproveitado por pesquisadores de outras áreas do conhecimento como, por exemplo, a História, a Linguística, a Sociologia, o Direito, enfim. Dessa forma, as edições textuais permitem que outros saberes sejam trazidos à tona, a saber: a cultura e as estórias circunscritas em tais documentos, o que corrobora a utilidade da Filologia no que concerne ao conhecimento da língua, da cultura e das sociedades que produziram tais textos em épocas pretéritas.

### REFERÊNCIAS

CAMBRAIA, César Nardelli. **Crítica textual. Introdução à crítica textual.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Introdução metodológica. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Documentos do acervo de Monsenhor Galvão:** edição semidiplomática. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007. p. 23-34.